



Table with 3 columns: Item, 2018, 2017. Includes categories like 'Materiais de Uso dos Pacientes', 'Órgãos Alimentícios', 'Impressos e Materiais de Expediente'.

11. Reserva para Contingências: Prudentemente, a entidade constituiu reserva para contingências para cobrir a fatura orçamentária prevista, tais como demobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI.

Table with 3 columns: Item, 2018, 2017. Includes 'Reserva para Contingências', 'Banco Santander (Brasil) S.A.'.

Table with 5 columns: Descrição, Taxa Depr., Custo Corrigido, Depreciação Acumulada, Residual 2018, Residual 2017. Includes 'Terrenos', 'Construções', 'Instalações', 'Máquinas e Equipamentos'.

Table with 5 columns: Descrição, Taxa Amort., Custo Corrigido, Amortização Acumulada, Residual 2018, Residual 2017. Includes 'Equipamentos de Uso Médico', 'Equipamentos de Informática', 'Móveis e Utensílios', 'Veículos', 'Beneficentários'.

Conforme preceituado em contratos e convênios firmados entre o CEJAM e Secretarias Municipais de Saúde, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos de gestão e convênios é de uso exclusivo e de propriedade das Secretarias Municipais de Saúde.

Table with 5 columns: Descrição, Taxa Amort., Custo Corrigido, Amortização Acumulada, Residual 2018, Residual 2017. Includes 'Direitos de Uso de Sistemas', 'Outros Direitos de Uso', 'Marcas e Patentes', 'Direitos de Gestão Pública Prefeitura São Paulo - Organização Social São Paulo - Hosp.'.

Table with 5 columns: Descrição, Taxa Amort., Custo Corrigido, Amortização Acumulada, Residual 2018, Residual 2017. Includes 'Mun. M'Boi Mirim', 'Mun. das Cruzes (SP)', 'Rio de Janeiro (RJ)', 'Poá (SP)'.

Table with 5 columns: Descrição, Taxa Amort., Custo Corrigido, Amortização Acumulada, Residual 2018, Residual 2017. Includes '14. Obrigações Trabalhistas', 'Salários e Pagamentos', 'Rescisões a Pagar', 'Pensões Alimentícias a Pagar', 'Férias a Pagar'.

Table with 5 columns: Descrição, Taxa Amort., Custo Corrigido, Amortização Acumulada, Residual 2018, Residual 2017. Includes '15. Empréstimos e Financiamentos', 'Empréstimos e Financiamentos', 'Emprestados S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro)', 'Banco Santander S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro)'.

Table with 5 columns: Descrição, Taxa Amort., Custo Corrigido, Amortização Acumulada, Residual 2018, Residual 2017. Includes '16. Contas a Pagar', 'Contas a Pagar (Circulante)', 'Eletrouplano - Hospital Mun. M'Boi Mirim', 'Light - OS Rio de Janeiro', 'CEJAM - Companhia Estadual de Águas e Esgotos', 'SABESP - Hospital Mun. M'Boi Mirim', 'Telepar Norte Leste S/A', 'Teli Celular', 'Nextel Telecomunicações', 'OI Móvel S.A. (em recuperação judicial)'.

Table with 5 columns: Descrição, Taxa Amort., Custo Corrigido, Amortização Acumulada, Residual 2018, Residual 2017. Includes '17. Provisões para Contingências', 'Provisões para Contingências Tributárias', 'Provisões para Contingências Trabalhistas', 'Provisões para Contingências Cívicas'.

Table with 5 columns: Descrição, Taxa Amort., Custo Corrigido, Amortização Acumulada, Residual 2018, Residual 2017. Includes 'Provisões para Contingências (Não Circulante)', 'Obrigações Trabalhistas', 'CEJAM - PSF Taboão da Serra (intercompany)'.

Sob a rubrica "intercompany" encontrava-se em aberto até o exercício de 2017, o socorro financeiro efetuada pela mantenedora para cobrir dívidas da filial Taboão da Serra, no montante de R\$ 1.301.893,11, demonstrado em contrapartida na nota explicativa nº 9 como crédito a receber da matriz junto à filial, e de filial junto à filial, respectivamente. No exercício de 2018, este montante foi baixado na mantenedora e na filial.

ões tributárias, trabalhistas, aspectos cívicos e outros assuntos. A administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com juros em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 137.578,87 (em 2017) e R\$ 498.498,00 (em 2018), em processo em primeira instância, assim distribuídos:

Table with 3 columns: Descrição, 2018, 2017. Includes 'Processos com Partes Possíveis', 'De natureza Trabalhista', 'De natureza Cível'.

18. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 17.110.922,24 em 2018 e R\$ 19.889.627,80 em 2017, refere-se aos valores recebidos das Secretarias Municipais de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos em municípios quando do término dos contratos de gestão ou encerramento. O valor desse ativo está demonstrado no valor do custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. 19. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Contrato não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requisitos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtiver o controle do bem ou serviço. Nestes termos, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebe o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contração"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também são cobradas nas provisões para perdas, quando não há comprovação do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

Table with 3 columns: Descrição, 2018, 2017. Includes '20. Receitas com Contratos de Gestão e Convênios', 'Receitas com Contratos Gestão e Convênios', 'PMSP - Contrato de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)', 'PMSP - Contrato 006/2015 (Jardim Angela/Capão Redondo)', 'PMSP - Convênio 002/2011 (Paro Seguro à Mãe Paulista)', 'PMSP - Convênio 002/2011 (Paro Seguro à Mãe Paulista)', '(Hosp. Municipal M'Boi Mirim)', 'Prof. Mun. de Embu-Convênio 2436/2009 (Programas e Projetos)', 'Prof. Mun. de Embu - 053/2018 - Atuação Clínica', 'Prof. Mun. de Embu - Contrato de Gestão 116/2017 (Atenção Básica)', 'Prof. Mun. de Embu - Contrato de Gestão 116/2017 (Vigilância em Saúde)', 'Prof. Mun. de Embu - Contrato de Gestão 042/2014 (UBS 24H)', 'Prof. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato de Gestão 045/2014 (ESF)', 'Prof. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato de Gestão 067/2018 (UNICA)', 'Prof. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato de Gestão 016/2012 (UNICA)', 'Prof. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato de Gestão 030/2017', 'Prof. Mun. de Arujá - Contrato de Gestão 2385/2012', 'Prof. Mun. do Rio de Janeiro - Contrato de Gestão 037/2015', 'Prof. Mun. de Poá - Contrato de Gestão 010/2018', 'Prof. Mun. de Poá - Termos de Colaboração 001 e 002/2017'.

Table with 3 columns: Descrição, 2018, 2017. Includes '21. Resultado Financeiro', 'Receitas de Despesas Financeiras', 'Descontos Obtidos', 'Juros e Atualizações Monetárias', '(-) Tarifas Bancárias', '(-) Juros Bancários', '(-) Juros a Fornecedores', '(-) Juros e Acréscimos Fiscais', '(-) Imposto sobre Aplicações Financeiras', '(-) Imposto sobre Operações Financeiras'.

Table with 3 columns: Descrição, 2018, 2017. Includes '22. Custos com Pessoal Próprio', 'Recursos Humanos', 'Remunerações', 'Benefícios', 'Encargos Sociais'.

Table with 3 columns: Descrição, 2018, 2017. Includes '23. Custos com Serviços Terceirizados', 'Serviços de Terceiros', 'Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas', 'Serviços Prestados por Pessoas Físicas', 'Bolsistas e Estagiários'.

Table with 3 columns: Descrição, 2018, 2017. Includes '24. Custos com Medicamentos e Matérias de Consumo', 'Medicamentos e Matérias de Uso Médico', 'Matérias de Uso Escolar', 'Matérias de Consumo', 'Matérias de Conservação', 'Outros Materiais'.

Table with 3 columns: Descrição, 2018, 2017. Includes '25. Despesas Gerais', 'Despesas Gerais', 'Contas de Consumo (água, luz, telefone e gás)', 'Aluguéis (imóveis, veículos, equipamentos e aparelhos)', 'Administrativas', 'Publicidade', 'Eventos', 'Reformas e Beneficentários', 'Bens não Imobilizados', 'Depreciações e Amortizações', 'Outras Despesas Gerais'.

Table with 3 columns: Descrição, 2018, 2017. Includes '26. Trabalho Voluntário - Interpretação Técnica ITG 2002 (R) 1', 'A Entidade utilizou como parâmetro para determinação de valores de trabalho voluntário recebido, a execução de trabalho não remunerado por parte de sua diretoria estatutária em reuniões ordinárias e extraordinárias da diretoria, bem como demais trabalhos prestados voluntariamente por terceiros. Durante o exercício de 2018 foi contratado um total de 456 horas correspondentes ao trabalho voluntário da diretoria estatutária, valoradas ao montante de R\$ 84.548,62. Cobertura de Seguros: A Entidade adota a política de cobertura contratada de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes consi-

derados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As permissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. 28. Serviços de Saúde Prestados Gratuitamente: A Entidade, mantém com recursos próprios, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), com o objetivo de prestar serviço ambulatorial gratuito através de consulta médica, de enfermagem, exames de imagem e atendimento de serviço social. O custo da prestação dos serviços ambulatoriais foi reconhecido pelo valor justo, respeitando-se as práticas de preços populares. Durante o exercício de 2018 o custo estimado com os atendimentos ambulatoriais feitos de forma gratuita foi de R\$ 1.196.118,55 (em 2017) e R\$ 1.162.959,50 e assim está resumido o recebimento e desembolso financeiro. Os resultados alcançados foram os seguintes:

Table with 3 columns: Descrição, 2018, 2017. Includes 'Assistência Grátis à Saúde', 'Programa de Atenção à Saúde Integral da Mulher', 'Consultas e atendimentos', 'Promoção à saúde e prevenção de doença', 'Exames de Imagem (Ultrassonografia)', 'Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo em preponderância a área de Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relacionários aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. 30. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS): O CEJAM, através da Portaria nº 1.109, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2016, em consideração à Nota Técnica nº 107/2016-CG/ER-DEB/AS/SAS, constante do Processo nº 25000.191938/2015-25/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), com validade até 29 de novembro de 2015, que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado. Em 26 de novembro de 2015 foi requerido o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Protocolo de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.196436/2015-19, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente. Em 30 de outubro de 2017 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do requerimento de renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.191938/2018-98, o qual se encontra aguardando a decisão final do processo anterior. Além da data de aprovação dessas demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.196436/2015-19. Conforme Decreto nº 8.242/2014, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte: "Art. 4º - Os requerimentos de concessão da certificação e de sua renovação deverão ser protocolados junto aos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação preponderante da entidade, acompanhados dos documentos necessários à sua instrução, nos termos deste Decreto." "Art. 6º - O protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova de certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador." A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuarão todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para dar deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2018 e 2017. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM. 31. Isenções Previdenciárias (Nota Patronal): A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalentes às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2018 foi de R\$ 138.588.626,28 (em 2017 de R\$ 129.969.317,50) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Table with 3 columns: Descrição, 2018, 2017. Includes 'Isenções Previdenciárias', 'Nota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento', 'Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas', '(-) Isenção Usufruída', '(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento', '(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas'.

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SISPAR/MS nº 25000.196436/2015-19. 32. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 e 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal aplicada no exercício de 2017, caso a obrigação devida em função disso, não fosse julgada, considerando as seguintes informações: respectivamente ali-quotas, resultando que se trata de cálculos desatualizados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa. • COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo): Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2018 foi de R\$ 24.262.063,49 (em 2017 R\$ 23.192.145,02), distribuída da seguinte forma:

Table with 3 columns: Descrição, 2018, 2017. Includes 'Renúncia Fiscal', 'Cofins'.

Table with 3 columns: Descrição, 2018, 2017. Includes '33. Supervit do Exercício: O Supervit do exercício de 2018 foi de R\$ 25.380.639,93 de exercício de 2017 foi de R\$ 4.059.033,89, estando assim distribuído entre a mantenedora (matriz) e entidades (filiais): Resultado do Exercício Desmembrado', 'Ident. CNPJ', '2018', '2017'.

ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a uma dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nosso opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações contábeis e respectivas informações representadas as correspondentes transações e os eventos de maneira fiel e objetiva com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 15 de março de 2019. Auditores Autorizados: CRC/SP 250.429/80-3 Alexandre Chaves do Nascimento Contador - CRC/SP 187.003-0 - O - CNAI - SP - 1620

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - CEJAM, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros Assuntos: Auditoria do período anterior: As demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" CEJAM - para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 02 de março de 2018, que não contêm modificação. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que o suportam e que, como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de dis-